

PRÁTICAS DE LEITURA EM LIVROS DIDÁTICOS*

Circe Maria Fernandes BITTENCOURT**

RESUMO: Este trabalho trata das práticas de leitura realizadas com o livro didático nas escolas brasileiras do século XIX e primeiras décadas do atual. Apresenta algumas das questões sobre os procedimentos metodológicos a serem utilizados com fontes específicas para o estudo da história das práticas escolares e analisa o papel dos livros didáticos no processo de escolarização e na configuração de uma sociedade letrada.

Palavras-chave: Práticas de leitura; Livro didático; História da leitura; História da educação; Conhecimento escolar; Material didático

As formas de leitura elaboradas e praticadas por professores e alunos nas escolas primárias e secundárias do período de construção do saber escolar público brasileiro, nas últimas décadas do século XIX e início do atual, constituíram-se em objeto de estudo considerando duas questões que nos pareceram relevantes para uma reflexão sobre o tema da história da leitura.

* Texto extraído e adaptado da pesquisa "Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar", tese de doutorado em História Social da F.F.L.C.H./USP, 1993.

** Profa. Dra. do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP

Práticas de leitura em livros didáticos

Realizar estudos históricos que tenham por objeto as práticas escolares desenvolvidas nas escolas requer um trabalho preliminar de levantamento e rastreamento de fontes para uma pesquisa que se insere no campo de investigação da cultura escolar.

Assim, o primeiro aspecto a ser considerado refere-se ao estabelecimento de critérios cuidadosos quanto aos procedimentos metodológicos a serem empregados, considerando as especificidades das fontes a serem utilizadas na história da leitura escolar.

A segunda questão é estabelecer recortes significativos dentro da problemática ampla que o tema oferece. Neste trabalho a preocupação fundamental foi a de identificar o papel desempenhado pelo livro didático no processo de aprendizagem da leitura e da escrita e como instrumento fundamental para a elaboração do conhecimento escolar, em uma sociedade que se introduzia no mundo moderno em meio a confrontos vivenciados pelas transformações sociais na passagem da escravidão para a mão-de-obra livre, aliada ao processo de crescimento urbano e populacional.

A investigação sobre a história da leitura é recente, Tateando-se ainda em busca de vestígios em registros esparsos.¹ Para o caso do livro didático, embora haja uma crescente investigação sobre ele, existem poucos trabalhos que o abordam em uma dimensão histórica. A organização do "corpus" documental sobre os primórdios da literatura escolar brasileira tem sido problemática, tendo-se que enfrentar dificuldades variadas tanto para localizar o material, quanto para ter acesso a ele. Trata-se de uma produção caracterizada por uma diversidade de textos, compêndios, cartilhas, livros de leitura que por vezes se confundem com a nascente literatura infantil e juvenil e por crescimento constante ocasionado pela multiplicação

¹ Embora a história do livro não seja recente, a história das formas de consumo do livro é relativamente nova e foi introduzida basicamente a partir dos anos 60 por estudiosos franceses. (Darnton, 1990)

das disciplinas escolares. Caracteriza-se igualmente por se constituir em um produto a ser consumido em tempo breve, de acordo com os ritmos das reformas curriculares, criando um paradoxo: possui uma grande tiragem de exemplares desde o seu início, mas é pouco preservado, raramente encontrado em locais adequados, na maior parte das vezes, em péssimo estado de conservação.

Sendo uma espécie de produção marginal, o livro escolar não foi e nem tem sido depositado em bibliotecas públicas de forma sistematizada. Exemplares brasileiros do século XIX podem ser encontrados nas seções de livros raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e ainda podem ser encontrados nas várias bibliotecas espalhadas pelo país, tanto nos grandes centros urbanos como em cidades de menor importância, e, em condições precárias em escolas que tiveram certo renome em determinado momento da história escolar.

Tem sido comum os pesquisadores que se utilizam da literatura escolar recorrerem a uma organização de acervos particulares, com exemplares adquiridos em "sebos" ou fornecidos como doações das empresas editoriais ou ainda de pessoas amigas que colaboram na tarefa de coleta.

Na investigação que realizamos sobre a história do livro escolar e da leitura que dele se faz, a maior parte do "corpus" documental do trabalho foi encontrado na Bibliothèque Nationale de Paris, pois um número significativo de manuais escolares brasileiros foi impresso na França e, de acordo com sua legislação sobre o "depôt legal", encontram-se preservados naquela instituição. Devemos frisar também que nela foi possível encontrar os livros em suas várias edições, dado relevante para nós no sentido de definir o período de uso da obra e para identificar a sua aceitação pelo público. Um número significativo de obras do período considerado foi encontrado em Bibliotecas da Universidade de São Paulo- da Faculdade de Direito e Faculdade de Educação, sendo que esta última possui acervos recebidos da antiga

Escola Normal "Caetano de Campos" .²

A organização do acervo de livros didáticos para a pesquisa de um período aproximado de cinqüenta anos (1870-1920) correspondeu a um trabalho semelhante ao do arqueólogo, buscando os objetos escondidos em diferentes "sítios", que passaram a definir as várias leituras. Os livros encontrados na Bibliothèque de Paris por serem provenientes das casas editoriais, pouco dizem sobre seus leitores mas com eles podemos acompanhar as sucessivas edições, identificando-se as mudanças e permanências das obras. Livros obtidos por doações de antigos alunos e professores ou encontrados em bibliotecas particulares fornecem indícios sobre possíveis formas de consumo e leitura, pelos traços de uso neles existentes.

A proposta de elaborar a história da leitura do livro didático constitui-se como desafio, tanto na organização do "corpus", quanto na forma de tratamento da documentação, visto que a concebemos como problema a ser desvendado junto a contextos abrangentes, associados ao espaço escolar e a seu público leitor.

Para resgatar o uso do livro didático pela sociedade da época e seu papel na construção de um mundo letrado, recorreremos primordialmente à "fala" do próprio livro didático envolvendo textos e iconografia assim como seus agentes específicos- autores e editores. Ao lado do método de leitura interna do livro escolar, buscamos informações na literatura educacional mais ampla, em especial das revistas pedagógicas, e, sobretudo, na produção dos memorialistas com suas recordações da vida escolar. Assim, romances e biografias tornaram-se fontes significativas para um período carente de textos de alunos e professores.

Para a investigação sobre a história das práticas de leituras foi preciso iden-

² A Biblioteca da FEUSP possui exemplares de obras didáticas pertencentes ao conjunto de duas bibliotecas especiais - "Paulo Bourroul" e "Macedo Soares" - e está sendo organizado um acervo especial- Biblioteca do Livro Didático junto ao Centro de Memória da Educação/FEUSP

ficar as concepções que presidiram sua construção, considerando-se que o livro didático, desde sua gênese, sofreu mutações a partir da ampliação da rede de ensino, passando a envolver um público leitor heterogêneo em gênero, condições sociais e culturais.

O livro didático, diferentemente dos demais, sofria intervenções constantes do poder estabelecido, Estado ou Igreja, devendo os editores e autores, submetem-se aos programas oficiais escolares. A interferência do poder era regulamentada por legislação e a censura foi uma constante na história dessa literatura.

A confecção do livro escolar era presidida por uma por uma concepção iluminista sobre o poder da palavra impressa, entendendo-se que o texto lido era integralmente apreendido pelo leitor. O poder do livro didático, poder entendido como meio de impedir qualquer outra leitura a não ser a pretendida pelo autor e editor e de, efetivamente, transmitir um conhecimento novo, de forma integral, foram questões que orientaram a pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, buscamos desvendar as leituras que professores e alunos faziam com o livro didático considerando-se sua ampla divulgação, atingindo um público leitor numeroso, heterogêneo, portador de representações sociais diferentes que dificilmente teriam condições de realizar leituras idênticas e homogêneas.

Buscamos, assim, identificar os leitores na sala de aula, situando professores e alunos diante do livro, no ato de apreensão do texto, entendendo este espaço como um lugar de conflito. Nossas questões situaram-se, fundamentalmente, na abordagem a ser realizada frente a um material controverso que, democraticamente ensina a ler, desvenda os signos, tentando, em princípio, libertar o indivíduo mas que, ao mesmo tempo, condiciona o leitor na pretensão de refrear a própria liberdade que cria.

A situação paradoxal da literatura didática nos levou a apreender esta ten-

são. O problema situava-se quanto à possibilidade de identificar a diversidade das leituras de professores e alunos e reconhecer as estratégias pelas quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, porque como afirma Roger Chartier, em tais estratégias, ***"umas são explícitas, recorrendo ao discurso (...) e outras são implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão. Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores."*** (Chartier, 1990, p.12)

Neste trabalho nos limitamos a apresentar as imposições de normas de leitura de escolar e algumas transgressões realizadas pelos leitores.

Considerando-se que a sociedade da época comunicava-se fundamentalmente pela oralidade, constatamos que o livro didático teve que se submeter a tais imposições culturais.

O livro escolar relacionou-se duplamente com a oralidade. O professor apresentava o conteúdo do livro, selecionava o que deveria ser lido, fazia a sua interpretação do texto. O discurso do mestre, com um ritual diferente dos outros narradores de estórias populares, era imprescindível para a utilização do livro.

O aluno deveria ler o texto, dominar as palavras escritas e repeti-las para o professor diante dos colegas. A "lição" do livro caracterizava-se por ser uma repetição oral da palavra escrita.

O livro didático tem hoje como concorrentes os meios de comunicação de massa, o cinema, a televisão e seu mundo de imagens. No século anterior, o livro didático tinha que se impor a uma sociedade que se comunicava essencialmente pela oralidade na qual a entonação da voz e o gestual mesclavam-se na apreensão do que era transmitido.

O livro didático foi construído para que a leitura se realizasse de duas for-

mas. O primeiro momento era mediado pelo professor, o agente organizador da leitura em grupo. Os alunos deveriam ler em voz alta, na sala de aula, dividindo a leitura com seus companheiros de classe. O livro de leitura ou manual escolar inscrevia-se no tecido de uma sociabilidade comunitária, característica de uma prática popular.

A seqüência da leitura do livro didático, ou a etapa seguinte da leitura, levava-o a partilhar uma prática erudita e individualizada. O aluno teria que "privatizar" sua leitura, lendo individualmente para decorar textos ou realizar os exercícios pedagógicos ou outras formas de fixação da leitura.

"Escutar ler" foi outra prática freqüente em sala de aula. O professor lia para seus alunos. **"Acompanhamos com ele as traduções de Eneida e de uma seleta inglesa "Talks and Histories", opulento repositório dos grandes escritores ingleses"** lembrou um aluno sobre as aulas de seu falante professor de inglês e latim do ginásio público de Jacareí, ao ler o episódio da tempestade da Eneida, de Virgílio, acrescentando que o mestre, ao ler os textos literários, ficava possuído de **"incontido entusiasmo... como se degustasse um manjar dos deuses."** (Prado, 1961, p.56)

Constatamos que o "entusiasmo" dos professores variavam, dependendo do nível e idade dos alunos ou da própria formação intelectual do docente. Para as diferentes leituras dos livros existiam espaços também diferentes.

A sala de aula foi se definindo lentamente. O espaço da sala de aula, inicialmente desordenado, com alunos de idades diversas até chegar ao grupo escolar e ginásio com classes homogêneas, divididas em "séries", percorreu uma trajetória tumultuada. Professores, alunos e autoridades traçaram histórias variadas e conflitantes no espaço em que as autoridades educacionais organizavam ou, tentavam organizar, para a transmissão do saber escolar. Alunos com posturas diversas, sentados ou espalhados em um espaço indeterminado foram sendo agrupados sob

uma ordenação rígida, controlando seus corpos com materiais pedagógicos especificamente criados para assegurar uma determinada atitude diante do conhecimento escolar.

A carteira escolar foi um tipo de mobiliário introduzido nas escolas urbanas dos grandes centros, notadamente nas escolas particulares mais notáveis e foram alvo de interessantes avaliações pedagógicas. Na exposição pedagógica de 1883 do Rio de Janeiro, o parecer do júri encarregado de premiar o melhor conjunto de mobílias escolares deu parecer favorável à necessidade de construir bancos escolares cientificamente planejados para evitar prejuízos à saúde dos alunos. Segundo um parecerista o mal posicionamento dos alunos causava congestões, hemorragias nasais, dores persistentes da cabeça, desvio da espinha dorsal, alongamento do pescoço, dissimetria dos ombros, "***a própria tísica, além da miopia, ambliopia, astenopia e outras afecções das vistas.***"³

Para remediar tantos malefícios, as características das carteiras deveriam ter "*proporcionalidade com a estatura dos alunos*", e estar fixadas no solo para impedir qualquer mobilidade dos jovens irrequietos, forçando-os a uma postura rígida, de acordo com a "*que a higiene aconselha*".

As medidas propostas por os estudos de leitura e de escrita foram incorporadas aos poucos pelas escolas das cidades com condições financeiras para a adoção dos materiais considerados "higiênicos". No início do século, nos grupos escolares, predominaram carteiras fixas para dois alunos mas, a maioria das escolas do interior continuou com os bancos e mesas.

A diferenciação das salas de aulas foi, parcialmente, espelho da divisão social, de uma sociedade altamente hierarquizada, mesmo considerando que apenas uma parcela da população possuía direito e condições de frequentá-las.

³ Parecer do júri sobre "mobiliário escolar"- Grupo 3. (Congresso, 1884, p.26)

As salas de aula deveriam ser separadas por sexo mas nem sempre esta divisão tornou-se possível para a instrução elementar. Falta de professores e de espaço forçaram as autoridades a permitir classes mistas até determinada idade. A precariedade do ensino público não possibilitou, como entre os franceses, que houvesse de forma significativa livros específicos para cada sexo. As exceções foram raras e dedicadas ao ensino secundário. As diferenças dos programas curriculares limitavam-se, em geral, a substituir conteúdos de aritmética, cálculo ou geometria por aulas de "costura e bordados" para as futuras mães. Meninos e meninas, em sua maioria, liam textos semelhantes, considerando as escolas de primeiras letras.

A postura dos alunos para a leitura na sala de aula fazia parte do planejamento pedagógico que não podemos ignorar. A descrição do professor Ramon Roca sobre uma leitura correta é elucidativa para avaliar o ritual exigido para dominar o saber escolar. Depois de dissertar sobre a importância da escolha do livro pelo professor, Ramon Roca expôs a forma como ocorreu uma leitura "perfeita" na sala de aula, depois de discorrer sobre o conteúdo de um capítulo de *Pátria em Perigo*, de Silva Jardim:

"- Júlio leia a lição:

O aluno levantando-se, e ficando na posição de sentido, com o braço direito naturalmente destendido ao longo do corpo, ao segurar o livro com a mão esquerda, tendo o braço levemente dobrado, de modo que o livro ficasse na altura dos ombros e a vista caindo obliquamente sobre a respectiva página, fez a leitura." (Roca, 1896) (grifo do autor)

A leitura em sala de aula, em voz alta, para toda a sala deveria ser cautelosa, aprendendo o aluno a dominar a respiração, respeitando as pontuações e pronunciando com a máxima clareza, modulando a voz.

A prática da leitura em sala de aula era imposta pelo professor que, prefe-

Práticas de leitura em livros didáticos

rencialmente, obedecia as prescrições das autoridades educacionais e autores de livros, na tentativa de obter uma leitura sem "desvios", impossível de outras interpretações. O professor determinava como ler e o tempo de ler. Eram ensinadas as regras de pontuação, respiração, de postura diante do livro e da leitura e, principalmente, do respeito ao texto escrito.

A iconografia dos livros didáticos, especialmente os livros de leitura introduzidos no processo de alfabetização reforçava esse mecanismo de impor uma disciplina do corpo no ato de ler. Em vários livros de leitura, pode-se observar reproduções de cenas de crianças lendo em grupo mas, sobretudo, individualmente, tendo posturas controladas para segurar o livro e como manuseá-lo, seguindo-se às ilustrações, textos que prescreviam todos os cuidados que os alunos deveriam ter para com o livro, inclusive com conselhos sobre as formas de ler à noite por causa do perigo do fogo das lamparinas.

As regras de leitura apresentadas, em geral na introdução das obras, não eram evidentemente cumpridas integralmente pelos professores. O corpo docente caracterizava-se por uma heterogeneidade de formação e de condições de trabalho que impedia qualquer uniformidade nas práticas de ensino. Era comum encontrar mestres que dominavam precariamente a leitura conforme nos relatam autores de memórias. No interior de Alagoas, Graciliano Ramos, em seu difícil aprendizado na "arte de ler", narrou uma passagem significativa sobre o domínio da leitura do professor de "primeiras letras":

"Samuel Smiles - Eu tinha visto esse nome várias vezes na seleta, mas, como não sabia pronunciar-lo, acostumei-me a tossir no fim das lições em que ele aparecia subscrevendo medonhas trapalhadas .(...)

Quando, porém, eu enrolava, tossindo, o nome do autor, faltava a emenda- e em consequência presumi, pelo menos nesse ponto, a rudeza da mulher coincidia com a minha. Certifiquei-me disso deixando de tossir e pro-

nunciando Smiles de várias maneiras, sem que dona Angelina me repreendes-se.(...)” (Ramos, 1955, p.193)

Aprender a ler, no século XIX, significava igualmente aprender a escrever. Este ensino simultâneo, ler e escrever, entretanto, nem sempre foi um aprendizado usual. A alfabetização teve, como objetivo inicial, desenvolver o conhecimento das verdades da fé cristã, contentando-se as escolas, geralmente, em formar leitores apenas, especialmente as mulheres a quem, por muito tempo, foi negado o direito de aprendizado da escrita.

Os métodos simultâneos foram introduzidos no decorrer do século XIX. Por seu intermédio, a criança aprendia em primeiro lugar a reconhecer as letras, dizendo-as em voz alta, depois começava a juntá-las, identificando as sílabas e ligando-as a palavras com algum significado. O objetivo era fazer as crianças identificarem um código. Após esta etapa de decifração das letras ela poderia, então, ter uma caneta e papel. Começavam a traçar as letras maiúsculas e minúsculas e muitas delas não passavam desse estágio, limitando-se a escrever a sua "assinatura". Saber escrever corretamente, dominar uma caligrafia propriamente dita, exigia um ensino mais prolongado, com uma disciplina do corpo, das mãos que apenas uma parte da população tinha condições de fazer.

As lembranças de escritores famosos de nossa literatura registram a penosa etapa do aprendizado da escrita a que foram submetidos:

“Não me ajeitava a esse trabalho: a mão segurava mal a caneta, ia e vinha em sacudidelas, a pena caprichosa fugia da linha, evitava curvas, rasgava o papel, andava à toa como uma barata doida, semeando borrões. De nada servia pegarem-me os dedos, tentarem dominá-los: resistiam, divagavam, pesados, úmidos, e a tinta se misturava ao suor, deixava na folha grandes manchas.” (Ramos, 1955, p.113)

Práticas de leitura em livros didáticos

Para escrever era necessário tempo e ainda fazer gastos. O material precário das escolas públicas obrigava os pais a fornecerem os objetos da escrita, como ardósias e tinta para as canetas "de pena". No início do século XX foram incorporados novos objetos escolares, como papel e lápis, mas as famílias continuavam encarregadas de fornecê-los, situação que impedia a frequência à escola de parcelas consideráveis da população. Na maior parte das vezes ocorria que alunos em condições econômicas desfavoráveis deveriam se contentar com um parco domínio da leitura, impossibilitados de serem introduzidos na aprendizagem da escrita pela precariedade de matérias disponíveis.

No difícil labirinto do "ler e escrever" os alunos nem sempre puderam gozar da paciência e amenidades dos professores. Aprender a ler e escrever exigia muitos sacrifícios. Os memorialistas e a literatura de ficção, além dos relatórios pedagógicos descrevem variadas cenas de punições nos alunos. O maior auxiliar do professor, no processo de aprendizado, além dos livros, parece ter sido a *palmatória*, também conhecida como *férula* e mais popularmente como *santa luzia*..

Relata-nos José Lins do Rego episódios sobre tais métodos de ensino:

"Ele mesmo nos contava das suas aulas no Pilar, onde aprendera a ler. O mestre era um negro vindo do serão, homem de calibre, homem que não abria a boca para sorrir. A palmatória era a sua vara de condão. Fazia luz nos meninos à custa de surras e bolos. Cada letra que Baltazar aprendeu devia ter lhe custado uma dúzia." (Rego, 1957, p.70) (grifos meus)

Os castigos corporais, aceitos até recentemente como um dos mais eficazes auxiliares para o aprendizado, eram utilizados também para reprimir ações indisciplinadas dos estudantes, servindo como instrumento de sanção infligida a contraventores da moral e da ordem.

A palmatória servia ainda para corrigir as falhas cometidas na exposição de

lições ou atraso de entrega de qualquer das tarefas exigidas pelo professor:

"(...) e assim tendo de repetir um dos exemplos da gramática, disse duas águias "avoaram", uma do oriente e outra do ocidente-. O mestre perguntou simplesmente- como ? E eu, que estava bem certo do exemplo e que não podia ter a menor consciência de o haver errado, o repeti pelo mesmo feito com que antes havia feito e tomei dois bolos." (Rezende, 1944, p.169) (grifos meus)

A leitura e a escrita faziam-se em meio a conflitos diários, com uma socialização confusa, onde dificilmente o conhecimento era partilhado entre os grupos. No secundário, especialmente nos internatos, a agressividade entre docentes e alunos era constante. O romance "O Ateneu", mostra a amargura de uma experiência em um colégio afamado do Rio de Janeiro, considerado como exemplos dos avanços pedagógicos, onde a ausência da palmatória não diminuiu a violência imposta aos alunos.

O convívio escolar formava amizades e inimizades. As práticas de leituras realizadas na sala de aula visavam individualizar, desenvolver a competição, distinguindo os melhores, em geral, beneficiando os filhos dos mais poderosos. O papel do livro nesse espaço foi ambíguo, objeto de tortura para aqueles que eram obrigados a decorar "páginas e páginas" de tal ou qual lição, mas foi também lido com atenção, servindo de veículo para mostrar outras realidades. Há indícios de leitura compartilhada entre colegas do internato que nem sempre foram consideradas como martírio:

"(...) Cada página era um encanto, prefaciadas pela explicação complacente do colega. Graças à habilidade de suas apresentações, apertei a mão aos truculentos figurões do passado, aos mais poderosos. Antônio Salema, o cruel, sorriu-me; o Vidigal foi gentil; D. João VI deixou-me rapé nos dedos. Conheci de vista Mem de Sá, Maurício de Nassau; vi passar o herói mineiro, calmo, mãos atadas como Cristo, barba abundante de apostolo das gentes,

um toque de sol na fronte lisa e vasta, escavada pelo destino para receber melhor a coroa do martírio." (Pompéia, 1905, p.55) (grifos meus)

O livro, além de servir para o ensino da leitura, deveria exercer a função de auxiliar o desenvolvimento da escrita.

Joaquim de Macedo, por exemplo, foi um dos pioneiros na introdução de questionários com o sentido de desenvolver escritas que pudessem auxiliar na memorização dos acontecimentos descritos no texto do livro. Em seu livro *Lições de História do Brasil*, o autor introduziu uma parte denominada "Perguntas", com "comos" e "porquês" e "quantos" que os alunos deveriam responder por escrito, mesmo que se limitassem a copiar palavras do texto.

A escrita dos alunos foi incentivada de forma mais sistemática pelos educadores que professavam a introdução dos métodos "intuitivos" e que começaram a ser divulgados no meio educacional no final do século XIX. Assim, para Romão Pui-gari, autor de vários livros de leitura na fase "nacionalista" do final do século XIX onde se procurava incentivar o conhecimento das "coisas brasileiras", a história do Brasil a ser ensinada no curso primário deveria iniciar com uma participação intensa do professor na exposição dos acontecimentos ou das "histórias" e após a exposição oral detalhada, o professor era obrigado a estimular os alunos a escrever algumas sentenças "espontâneas" sobre a lição narrada e explicada.

A leitura do livro correspondia à tarefa seguinte, depois da explicação do professor pela qual os alunos já estavam "tocados emocionalmente, pelo "espírito e pelo coração". Desta forma, o uso do livro servia para confirmar a explicação do professor e auxiliar na escrita do aluno: o texto do livro era o modelo do que deveria ser escrito e de como as frases deveriam ser construídas.

As "dissertações" resultantes das explicações do professor e das leituras dos livros tornavam-se repetições que não poderiam ter desvios porque os professores

estavam atentos para corrigir os "erros".

No colégio "Patrocínio", na cidade de Itu, pertencente às Irmãs de São José de Chamberry, dentro do método jesuítico e do ultramontanismo adotado, a verbalização do professor era imprescindível mas era fundamental introduzir, posteriormente, um exercício escrito. A análise de um autor sobre os cadernos de alunas desse conhecido educandário das filhas da elite paulista informou-nos que os temas tratados eram as vidas de santos ou personagens ilustres ***"reais ou imaginários, cujo modo de vida pudesse ser uma constante e fecunda lição de moral e religiosidade."*** (Manoel, 1988, p.231)

Escrever na sala de aula não era uma atividade criativa mas mera repetição de temas controlados. A repetição era uma norma imposta para a leitura oral e para a exercitar a escrita.

A prática mais comum na utilização do livro didático parece ter sido, no entanto, a do ditado. Os professores liam os livros, selecionando trechos que eram "ditados" para seus alunos, valendo-se dessa atividade como meio de exercitar a escrita mas que servia igualmente para ter um texto único a ser "estudado".

Apesar da imposição de leituras homogêneas da obra didática, pudemos perceber resistências nesse percurso aparentemente tão dominador. A análise de livros didáticos que passaram pelas mãos de alunos nos mostraram que houve formas de transgressões das normas prescritas. O livro, objeto sagrado foi profanado por alguns alunos - displicentes ou rebeldes. Escrever no livro didático era uma contravenção mas, no convívio da sala de aula, alunos rabiscavam, acrescentavam informações, divagavam ou se comunicavam por meio do "objeto sacralizado".

Os livros doados ou adquiridos nos "sebos" são reveladores dessa faceta de "transgressão" de normas rígidas e das formas estabelecidas pelos alunos em relação ao livro.

É comum encontrar as marcas dos pontos a serem estudados ou que haviam sido explicados pelos professores. Eram marcas com "X", trechos excluídos com um "não". Podemos por essas informações dos próprios alunos, nos certificar em que medida uma disciplina cumpria o programa determinado oficialmente. As marcas dos "pontos" ou "lições" contidas em vários livros de História Geral, por exemplo, indicam que o curso não ultrapassava o período medieval, embora constando do programa oficial os períodos moderno e contemporâneo.

Os alunos acrescentavam frases dos professores ou destacavam alguns trechos mais significativos nas margens dos livros. Em um livro de História do Brasil de 1892, encontramos um registro significativo da criação de um dos mitos sobre a explicação do nosso "atraso", registrado à tinta, na primeira página do livro: ***"A suposição ou melhor a afirmativa de que seríamos mais adiantados se tivéssemos sido colonizados pelos holandeses"***. Verificando o texto do livro esta interpretação está exposta em um de seus capítulos:

"Caso o Brasil fosse descoberto por um povo amante do progresso, como os holandeses, nossos usos e costumes seriam outros, necessariamente outro seria o nosso adiantamento, porque, como sabemos, tal raça, tal grau de civilização." (Magalhães, 1895, p.15) ⁴

Interessante foi a decisão de uma editora que, provavelmente, tentando evitar anotações nas margens do livro, incluiu folhas sublinhadas entre cada página impressa. O usuário do livro deveria fazer as anotações e complementações em tais espaços, destacando trechos e acontecimentos a serem estudados. Um desses livros que analisamos pertencente a um aluno "exemplar", ao que parece, produziu uma espécie de vocabulário, baseado nas explicações do professor, assim como contém várias observações feitas pelo professor.

⁴ A citação está manuscrita na primeira página e não possui assinatura. O nome do proprietário do livro está na página seguinte mas é ilegível.

A escrita nos livros não foi usada apenas para auxiliar o aluno na apreensão do conhecimento específico das disciplinas escolares. Ela se prestou a outras formas de comunicação. Em um livro de uma aluna do início do século, provavelmente de uma escola Normal, estão desenhadas nos finais dos capítulos, flores, jardins idílicos.... Os poucos espaços em branco do livro tornaram-se reveladores dos devaneios de adolescentes, de sonhos distantes da sala de aula. No mesmo livro, a alienação quanto ao estudo torna-se ainda mais patente, pelo tema do recado registrado.

"Ritóca- Terça-feira, te contarei o que te prometi na aula. Terça-feira, 4 de junho, de hoje a 8 dias, não é ? No dia 11 de junho - Espera e verás."⁵

Pudemos encontrar, portanto, nos escritos dos alunos afirmações reiterando a ideologia dominante que se disseminava mas, também nos livros estão registradas algumas formas de transgressão de uma leitura disciplinada. Pelos escritos esparsos, marginais, pudemos observar alunos "bem comportados" e alunos rebeldes que, enclausurados na sala de aula profanavam o objeto "sagrado", caricaturavam os retratos dos "homens célebres" espalhados pelas páginas dos livros, acrescentando bigodes, barbas, modernizando o vestuário ou introduzindo outros acessórios. Nas margens do texto impresso, escreviam a lápis sonetos, desenhavam, ilustravam seus sonhos, rearticulando seus interesses.

Professores também transgrediam as normas convencionais prescritas para a leitura escrita e a leitura conforme relatou um aluno de Silva Jardim, na Escola Normal de São Paulo, em 1883, lembrando que o professor fazia-os ler e comentar ***"noticiários de jornais, dando-lhes exercícios de elocução e leitura expressiva,***

⁵ Anotações manuscritas no livro História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo, citado anteriormente, pertencente à aluna Rita de Azevedo Oliveira, com data de 3 de setembro de 1907. Desenhos e recados, p.11 a 75.

*interpretação e apreciação das belezas literárias; (...)*⁶

O livro didático projetado pelos educadores, passando pelos editores e autores, possuiu uma outra história nas mãos dos professores e dos alunos. Professores, jovens e crianças eram portadores de histórias diferentes, eram de religiões diferentes, cujos valores e ideologias marcaram a leitura que realizavam, mesmo considerando o caráter impositivo e diretivo com que o livro didático construía o texto a ser lido.

Existiram diferentes professores e diferentes práticas escolares. As formas dos professores se relacionarem com o texto didático variaram entre uma atitude de total dependência e outra que fazia do livro um objeto capaz de informá-lo, de atualizá-lo sobre o conhecimento a ser transmitido. Alunos e professores confrontavam-se na sala de aula, no espaço criado para transmitir o saber escolar. Ler e escrever era um aprendizado difícil, que exigia uma disciplina do corpo, uma forma nova de organizar o tempo das crianças e jovens em um espaço que estava estruturado em classes e séries, com idades delimitadas.

O livro didático deveria desempenhar o papel de homogeneizador do saber escolar, de reforçar os métodos de ensino baseados na memorização, em uma escola concebida como transmissora dos conhecimentos das diferentes disciplinas. O livro didático deveria ser utilizado como instrumento de memorização, ocasionando a prática do "saber de cor". Páginas eram repetidas oralmente, diante do professor e dos companheiros, inculcando um conhecimento superficial, de difícil avaliação quanto à sua efetiva apreensão e incorporação.

Com a divulgação dos "métodos intuitivos", os livros foram se transformando visualmente, buscando, autores e editores, através de uma linguagem mais ade-

⁶ Referências às aulas do professor Silva Jardim na Escola Normal "Caetano de Campos", em São Paulo, em 1887. (Escobar, 1933, p.169).

quada e, principalmente pelas imagens, aproximar-se dos alunos e motivá-los para o domínio da leitura e da escrita. As mudanças dos livros não representaram, entretanto, transformações quanto às práticas de ensino. A aprendizagem continuou sendo entendida como a capacidade de retenção pela memória, dos conhecimentos escolares. Para facilitar esse processo os livros didáticos foram sendo acrescidos de exercícios e questionários que passaram, igualmente, a ser "decorados" pelos alunos.

As concepções de ensino e aprendizagem fundamentaram, assim, a elaboração da leitura escolar, prescrevendo as formas de uso do material, evitando, cuidadosamente "desvios" de leitura e de uso. Mas, desvendar as práticas de leituras que professores e alunos realizaram na sala de aula, levou-nos a perceber o livro didático em sua dimensão mais ampla e em sua ambigüidade inerente. O livro didático era um instrumento que possibilitava ao aluno dominar a leitura e indiretamente a escrita. Facilitava a apreensão de um conhecimento mais elaborado, divulgando o saber erudito e sistematizado com o qual os alunos poderiam ampliar sua visão de mundo embora as práticas de leitura dos livros didáticos estabelecidas pelo ritual escolar fossem também instrumentos de dominação ideológica tanto pelo seu conteúdo explícito como pelo seu "conteúdo oculto". O livro didático auxiliava a assimilação de posturas hierarquizadas frente ao saber, de submissão a um conhecimento que impedia dúvidas e questionamentos. Diante dessas imposições uns poucos registros demonstraram algumas brechas e principalmente, os conflitos capazes de levar a outras transformações quanto à transmissão e produção do saber escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONGRESSO DE INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO: Conferências. **Atas e pareceres.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.
- BENEVIDES, José de Sá. **Lições de história da civilização.** 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912. 243p.
- BITTENCOURT, Circe M.F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** São Paulo, 1993. 369p. Tese (Doutorado em História Social) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990. 244p.
- DARNTON, R. O que é a história dos livros? In: _____. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.109-131
- ESCOBAR, J. Histórico da instrução paulista. **Revista da Educação,** São Paulo, v.4, n.4, p.138-140, dez. 1933.
- MANOEL, Ivan. **Igreja e educação feminina: os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919).** São Paulo, 1988. 324p. Tese (Doutorado) -- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Lições de história do Brasil.** São Paulo: Typ. Ribeiro, 1895.
- POMPÉIA, Raul. **O Ateneu: crônica de saudade.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905. 243p.
- PRADO, A. de Almeida. **Escolas de ontem e de hoje: reminiscências e evocações.** São Paulo: Anhembi, 1961. 232p.
- RAMOS, Graciliano. **Infância: memórias** 5.ed. São Paulo: Martins, 1955. 248p.
- REGO, José Lins do. **Meus verdes anos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 289p.
- REZENDE, Francisco de P.F. **Minhas recordações.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 379p.
- ROCA, Ramon. Leitura expressiva. **Escola Pública,** São Paulo, v.1, n.1, p.8-10, maio 1896.

SUMMARY: Texts books lectures practices done in the Brazilians schools in the nineteenth century and the first decade of the twenty century are discussed. Firstly this text presents some methodological procedures related to specific sources to the study of the History of Schools Practices, and secondly it shows the role of text books in the scholarization process in a literate modern society .

KEYWORDS- Lecture Practices, Text books, Lecture History, Educational History; Scholastic knowledge; Didactic materials.

(Recebido para publicação em 25.04.96 e liberado em 12.08.96)